

Governo ameniza cobrança de dívida estadual

Ciro Gomes negocia parcelamento de débitos em nome de Fernando Henrique Cardoso

JOCIMAR NASTARI

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, está propondo um novo esquema para refinanciamento das dívidas de Estados e municípios com a União. Ele sugere que os devedores comprometam 9% de sua receita líquida disponível durante o primeiro ano da amortização da dívida de US\$ 49 bilhões (Cr\$ 2,3 quatrilhões) que têm com os cofres federais. A partir do segundo ano, o limite de comprometimento para saldar os débitos subiria para 11%. A proposta original de refinanciamento, enviada pelo governo ao Congresso em ja-

neiro, previa limites de 11% para o primeiro ano e de 15% a partir do segundo. A maioria dos Estados quer um limite fixo de 7%.

Emissário — Os novos percentuais de comprometimento começaram a ser negociados com os Estados, com autorização de Cardoso, pelo governador do Ceará, **Ciro Gomes**, seu companheiro de PSDB. Ontem, o governador fez um balanço de contatos mantidos com seis governadores do Nordeste e o de Santa Catarina, **Wilson Kleinubing**. **Ciro Gomes** informou que os governadores contatados aceitam, a princípio, a proposta de novos limites.

O governador informou que **Cardoso** vai procurar agora acertar a forma de pagamento com os governadores dos quatro Estados que possuem as maiores dívidas junto ao governo federal — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os governadores desses Estados estão mantendo articulações para apresentar uma proposta conjunta ao governo. Segundo **Ciro Gomes**, seis Estados do Nordeste (Bahia, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Norte) e Santa Catarina também aceitaram fixar em 31 de janeiro deste ano a data de consolidação da dívida, como previa o pro-

jeto enviado pelo Planalto ao Congresso, em janeiro.

A definição da data de consolidação das dívidas e do limite de comprometimento da receita líquida são os pontos mais difíceis na negociação do projeto de refinanciamento da dívida dos Estados e municípios com a União. Os quatro maiores devedores também desejam incluir nas discussões a rolagem de suas dívidas mobiliárias — representadas por títulos públicos. Estes Estados são os únicos que possuem dívidas mobiliárias em montantes significativos. E querem usar estes papéis do governo federal na negociação de seus débitos.